

Tribuna

## Gastos públicos

**N**a última sessão, do dia 31/03, ocorreu a votação para o reajuste salarial anual dos vereadores, secretários municipais, prefeito e vice-prefeito. Essa revisão sempre é baseada na inflação que tivemos no último ano. Como nesse período a inflação foi de 9,42%, o reajuste seria desse mesmo valor. Esse também é o método adotado em todas as empresas para promover o reajuste, ou dissídio, de seus colaboradores.

Entendo o momento delicado que vivemos, um momento de crise, com a redução de gastos e com baixos investimentos do poder público. Por isso, votei contrário ao reajuste dos salários de vereadores, secretários, prefeito e vice. Nós, vereadores, devemos ouvir o clamor popular e temos que servir de exemplo de economicidade da verba pública. Como representante do povo, eu também não poderia aceitar esse aumento nos nossos gastos.

Infelizmente, a maioria dos vereadores não está atenta à situação que está vivendo o povo brasileiro e decidiu pela aprovação desse gasto. Com essa aprovação, o aumento nos gastos com esses novos salários será de R\$ 280 mil em um ano.

Esse foi um passo para trás que a Câmara deu. Infelizmente, um retrocesso para um órgão que sempre foi exemplo de economicidade, sendo uma das câmaras



*Gustavo Zanatta*  
**Vereador- PP**

mais econômicas do RS nos últimos anos. Por exemplo, em 2015, a própria Câmara gastou apenas 1,38% da verba a que tem direito na receita do Município. E, no próprio ano de 2015, o resto da verba a que a Câmara tem direito e não usou retornou ao Executivo como obras e serviços. Temos, como exemplo dessa destinação, o repasse para adequação e utilização do mamógrafo no Hospital Montenegro, além da pavimentação da estrada de Santos Reis, entre outras obras. No total, a Câmara destinou quase R\$ 3 milhões, que retornaram à sociedade como obras e serviços.

Esperamos que, nas próximas votações como essa, os vereadores tenham um pouco mais de consciência e saibam lidar com mais cuidado com o dinheiro público. A minha posição eu já tomei: de gerir o bem público com o menor gasto possível e ter o melhor retorno desse investimento.